

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1386 | 08/05/2017 a 14/05/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

MERCADO

TRIGO EM XEQUE

Produtores reduzem área de plantio no Paraná. Aumento da importação do cereal e medidas do governo criaram condições desfavoráveis para quem semeia o grão

sistemafaep.org.br

Aos leitores

A decisão dos produtores em reduzirem a área de plantio do trigo no Paraná acende um sinal de alerta no Estado, maior produtor brasileiro do cereal. Os produtores alegam que medidas governamentais e mercado favorável à importação desestimulam a manutenção do plantio do grão em terras paranaenses. Os reflexos ainda não estão claros, mas o milho vem abrindo espaço onde antes era trigo.

Trazemos nesta edição uma reportagem sobre como o clima nas últimas semanas provocou estragos no Paraná e nos Estados Unidos, mexendo com os preços das commodities aqui e lá.

Também mostramos como uma série de sete encontros regionais vai ajudar a difundir as ações do Prosolo pelo interior paranaense.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores**

Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro |

Delegados Representantes: Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon

Edição: Ricardo Medeiros

Redação e Revisão: André Amorim e Carlos Guimarães Filho

Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuei

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1386:

Gustavo Castro/Malinovski, Fernando Santos, Gilson Abreu, Milton Dória, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE

TRIGO

Condições adversas no setor

PAG. 4

PROSOLO

Encontros regionais

Pág. 8

HISTÓRIA

A batalha que mudou a Segunda Guerra Mundial

Pág. 16

CLIMA

Apreensão para os produtores

Pág. 20

FLORESTAS

Expectativa de regulamentação

Pág. 22

Será possível reduzir a tarifa com nova licitação?

Em fevereiro de 2017, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) tornou públicas as tarifas que serão cobradas nas praças de pedágio do Plano de Concessões Rodoviárias que, nesta etapa, contempla rodovias no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Trata-se da primeira tentativa de conceder rodovias no Plano de Concessões do governo Michel Temer e incluídas no Plano de Parcerias de Investimentos (PPI). Por enquanto apenas as audiências públicas foram realizadas.

As rodovias gaúchas e catarinenses que serão, mediante concorrência, repassadas à iniciativa privada incluem as BR-101, BR-290 (Free Way), BR-386 e a BR-448 (Rodovia do Parque). As três últimas são rodovias que ficam no entorno de Porto Alegre, com grandes volumes de tráfego.

As tarifas previstas, e que poderão ter redução se houver disputa na concorrência, variam de R\$ 5,30 até R\$ 10,80.

Porém, pelo número de praças de pedágio e sua localização, os valores das tarifas que servem de parâmetro para cálculo tarifário, que é o de R\$/100 Km de rodovias, têm um valor teto de R\$ 11,72 para cada 100 km e podem chegar em R\$ 36,10, para um trecho de 200 km entre Tio Hugo e Montenegro. O prazo de concessão previsto será de 30 anos.

Cabe salientar que a maior parte das rodovias incluídas nessa concessão são de vias já duplicadas. Com exceção da BR-386, que tem um pequeno trecho em pista simples, todas as demais já estão duplicadas. Isto reflete em exigência de menores investimentos, que têm reflexo direto na tarifa.

Com baixo investimento, altos volumes de tráfego e maior prazo, a resultante é uma maior receita e consequentemente um menor valor de tarifa.

No Paraná, estamos na fase final do Programa de Concessão de Ro-

dovias, que deve ser concluído em 2021. Faltam menos de quatro anos para a sua finalização.

A Concessionária CCR Rodonorte, por exemplo, que é responsável por três rodovias (BR-277, BR-376 e PR 151), tem na totalidade a incumbência de administrar 487 km. A CCR Rodonorte detém o maior contrato entre as concessões paranaenses. Quem percorre toda a sua extensão tem um custo com as tarifas de pedágio de R\$ 67,20, se estiver de automóvel, ou de R\$ 56,10 por eixo, se estiver de veículo de carga.

O resultado de uma conta simples é de que os custos das tarifas desta concessionária, dentro do critério adotado de R\$/100 km, é de R\$ 13,80, para veículos de passeio, ou de R\$ 11,52, para veículos de carga. Lembrando que aqui diversas rodovias precisarão ser duplicadas.

Essa é a mesma realidade de todos os demais contratos. Ou seja, tudo leva a crer que uma futura licitação no caso das rodovias paranaenses, seja pelo governo federal ou estadual, não levará a uma redução substancial de tarifas, se comparada com a proposta da ANTT para as rodovias gaúchas e catarinenses.

A proposta de renegociar os termos dos atuais contratos deve levar em consideração que as detentoras dos contratos poderiam, em função de seu conhecimento dos problemas locais, assumir uma razoável redução nas tarifas. Estamos falando de uma redução que, em alguns casos, poderia chegar a 50%. Nada as impede de participar de uma nova licitação e propor tarifas mais reduzidas, mas, sem dúvida, serão elas as que terão uma melhor condição de participação em um novo certame.

É importante salientar que as regras dos atuais contratos determinam que as obrigações de investimentos são financeiras e não físicas. Os estudos feitos para nortear os investimen-

tos não foram totalmente adequados e agora os projetos definitivos mostram que os custos das obras são bem maiores do que os originalmente previstos. Isto fará com que as duplicações incluídas não possam ser executadas na sua totalidade.

Para seguirmos no mesmo exemplo que utilizamos com a CCR Rodonorte, os projetos finais demonstram que, pela elevação de seus custos, só poderão ser executados pouco mais de 60% da duplicação da BR-376, entre Ponta Grossa e Apucarana, no atual contrato. Uma revisão contratual poderia fazer com que não fossem descontinuadas as duplicações, mesmo com uma tarifa consideravelmente reduzida.

Mas, se a decisão governamental for a de licitar novamente, entendemos que os novos estudos deveriam ser iniciados imediatamente, pois só com bons projetos de engenharia, de estudos de tráfego adequados e com um excelente nível de conhecimento de causa por parte do órgão licitante não teremos os problemas que a urgência e o pioneirismo do atual Programa de Concessões do Paraná vivenciaram nestes 20 anos de sua existência. E isto demanda um prazo que a experiência demonstra não ser inferior a três anos.

Para permitir que isto ocorra, é urgente a definição do governo do Paraná se solicitará ou não a prorrogação da delegação dos trechos federais que integram o Anel de Integração, de forma a definir de quem será a responsabilidade pelo processo. Se não o fizer, o governo federal deverá iniciar imediatamente as providências para estar apto a realizar nova licitação em 2021.

Antonio José Correia Ribas

Engenheiro-civil, ex-diretor do DER e ex-diretor presidente da Agência Reguladora do Paraná.

Cenário nebuloso

Medidas recentes criam condições adversas para a triticultura paranaense. Tendência é de que o país continue importando grandes quantidades do produto argentino

Por Carlos Guimarães Filho

Na mesma proporção que avança o plantio da safra 2017 de trigo no Paraná, maior produtor nacional, cresce a preocupação dos agricultores que apostam na cultura de inverno. Medidas recentes definidas pelos governos federal e estadual e o crescimento significativo das importações criaram condições de mercado desfavoráveis para quem semeia o cereal do pão na safrinha. Prova disso está na redução de 8% na área dedicada ao trigo no Estado, conforme levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab). Os tricultores paranaenses irão dedicar apenas 990 mil hectares na atual temporada, quarta queda estadual consecutiva.

O primeiro baque sentido pelo setor veio com a disparada nas importações de trigo. De acordo com Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o país comprou 5,1 milhões de toneladas do cereal no mercado

internacional, principalmente da Argentina, entre agosto de 2016 e março deste ano, aumento de 46% em relação ao mesmo período na temporada passada. Este montante é o maior da série histórica de 21 anos da entidade. Na contramão, o volume das exportações despencou 43%.

Na sequência, o segundo golpe aconteceu com o anúncio do governo federal de redução de 3,6% nos preços mínimos. No caso do trigo “pão” tipo 1 na região Sul, por exemplo, o preço mínimo foi reduzido para R\$ 37,26 por saca de 60 quilos, ante R\$ 38,65 na temporada 2016/17.

“O produtor já vem um tanto desanimado, por questões climáticas e a falta de liquidez no pós-colheita. Os preços e as condições de pagamentos no exterior estão mais atrativos, o que derrubou ainda mais as cotações internas. Vem na sequência o governo e reduz o preço mínimo. Não há sinais de que o pessoal irá investir efetivamente na cultura”, explica Lucilio Alves, analista do Cepea e professor da



Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP).

“Os produtores que permanecem no trigo é em função da necessidade de fazer a rotação de cultura ou por não existir outra possibilidade no inverno, como ocorre nos Campos Gerais”, reforça Ricardo de Aguiar Wolter, presidente do Sindicato Rural de Carambeí.

Para completar a série de adversidades, no último mês de março, o governo estadual elevou de 2% para 8% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o trigo comercializado com São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O mercado paulista é o principal consumidor do trigo paranaense fora do Paraná.

“O trigo paranaense está bem posicionado na questão de consumo, principalmente por conta da qualidade. Mas o aumento do ICMS para os estados do Sudeste pode ser que dificulte a comercialização, principalmente se o preço no mercado internacional não subir”, lamenta Daniel

990 mil hectares

Deve ser a área cultivada de trigo
no Paraná na atual temporada

“O produtor já vem um tanto desanimado, por questões climáticas e a falta de liquidez no pós-colheita. Os preços e as condições de pagamentos no exterior estão mais atrativos, o que derrubou ainda mais as cotações internas. Vem na sequência o governo e reduz o preço mínimo. Não há sinais de que o pessoal irá investir efetivamente na cultura”

*Lucilio Alves,
analista do Cepea e professor da
Escola Superior de Agricultura Luiz
de Queiroz (Esalq/USP)*

Kümmel, presidente do Sindicato da Indústria do Trigo no Estado do Paraná (Sinditrigo/PR). “Com a queda no volume no Paraná, abre mais espaço para trigo da Argentina, principalmente em São Paulo”, complementa.

Diante de tantos percalços, a FAEP tem atuado para mitigar os problemas enfrentados pelos tricultores paranaenses. No final de abril, a entidade encaminhou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) um pedido de R\$ 20 milhões para a subvenção ao prêmio do seguro rural do trigo ainda no primeiro semestre. A proposta busca o equilíbrio na distribuição de subvenção para culturas de maior risco climático e evitar o endividamento de parte dos produtores numa hipótese de ocorrência de problemas com o clima.

Avanço do milho

O desânimo dos tricultores paranaenses abriu espaço para o avanço do milho, apesar de a cotação do grão também registrar queda nos últimos meses. A área prevista para o milho safrinha é de 2,4 milhões de hectares, crescimento de 8% em relação à safra anterior.

“De forma geral, no momento de decisão da safra de inverno, tinha mercado mais favorável para o milho no Paraná. E muitos migraram. Em regiões do Estado que não entra o milho, fica a dúvida, pois o pessoal está relutando em plantar trigo”, aponta Alves.

Para o presidente do Sinditrigo/PR, essa mudança de comportamento por parte do produtor causa apreensão. O motivo é a possibilidade da queda na qualidade do trigo produzido no Estado.

“O milho avança em áreas nobres para o trigo. Os moi-



nhos [são 66 espalhados pelo Estado] produzem produtos especializados. E o trigo paranaense encaixa com essas linhas especiais de panificação. Essas áreas onde o milho passou a atuar são, historicamente, estratégicas para ter um trigo de alta qualidade”, adverte Kummel.

Conforme o levantamento da Seab, o Paraná deve atingir a produção de 3,1 milhões de toneladas, 9% menor em relação à safra passada. Mesmo assim, o Estado segue como o principal produtor do país, com participação de 53% no montante nacional.

Futuro incerto

Assim como o momento atual, o futuro do trigo também é nebuloso. Os consecutivos golpes recebidos pelos produtores colocam um ponto de interrogação sobre o planejamento das próximas safras e a possibilidade de retomada da cultura. “Precisamos de políticas públicas para reverter à situação”, afirma o presidente do Sinditrigo/PR. “Além disso, precisa existir uma aproximação maior dos moinhos com o campo. Acordar um valor para dar liquidez à produção”, complementa.

Desde 2014, quando a área dedicada ao cereal do pão atingiu 1,4 milhão de hectares, a cultura vem registrando consecutivas reduções.

Para o analista do Cepea, o setor precisa tomar uma decisão definitiva em relação à cultura no Brasil. “Ou se faz pesquisa e investimento para o crescimento da cadeia ou passamos a importar o produto de outros países e usamos a área para produzir outros alimentos. Precisamos chegar a uma definição social: se o melhor é investir ou assumir a posição de importador”, diz Alves.

Mapa publica Zarc do trigo no Paraná

No dia 25 de abril, o Mapa publicou a Portaria n.º 2 que aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) do trigo para o ano agrícola 2016/17 no Paraná. O documento revoga a portaria anterior n.º 245, de 26 de dezembro de 2016, devido a algumas distorções nas datas de plantio. O novo estudo de risco climático foi realizado para resolver alguns problemas identificados em safras passadas, dentre eles o subdimensionamento de riscos e pouca consideração com desigualdades regionais.

A nova portaria contempla janelas de plantio mais amplas ou iguais ao do Zarc da safra passada em vários municípios como Cascavel, Carambeí, Castro, Chopinzinho, Clevelândia, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ivaí, Mangueirinha, Manoel Ribas, Marechal Cândido Rondon, Mariópolis, Nova Santa Rosa, Palmas, Pinhão, Pitanga, São João, Teixeira Soares, Tibagi, entre outros.

Outras cidades tiveram modificações importantes nas suas datas de plantio, seja pela diminuição ou pelo deslocamento da janela de semeadura, caso de Abatiá, Alvorada do Sul, Andirá, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Barra do Jacaré, Bela Vista do Paraíso, Braganey, Cafelândia, Cambará, Campo Mourão, Céu Azul, Congonhinhas, Corbélia, Cornélio Procópio, Curiúva, Figueira, Foz do Iguaçu, Guairaçá, Iporã, Inajá, Ipiranga, Itaipulândia, Jacarezinho, Jaguapitã, Jaguariaíva, Lupionópolis, Matelândia, Missal, Paranacity, Paranaíba, Porecatu, Primeiro de Maio, Santa Cecília do Pavão, Santa Terezinha do Itaipú, São Miguel do Iguaçu, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Serranópolis do Iguaçu e Ventania. Esses municípios apresentaram as maiores diferenças em relação ao zoneamento agrícola anterior.

A metodologia apresenta três cenários diferentes, baseado no percentual de risco de frustração da lavoura em cada decênio de plantio: 20%, 30% e 40%. Os 20% de risco significam que a cada 10 safras é provável que ocorram duas frustrações. Nos decênios 30% e 40%, a probabilidade é de três e quatro frustrações de safras a cada 10 anos, respectivamente.

O novo estudo da Embrapa inclui os solos de tipo 1 (arenosos) como aptos para a cultura do trigo, sendo que no zoneamento da safra anterior eram considerados aptos somente os solos dos tipos 2 (textura média) e tipo 3 (argilosos).

O período indicado para o plantio no Paraná começou em 21 de março até 31 de julho. Cada município possui sua data limite para início e término da semeadura, assim como níveis de riscos diferentes para cada decênio.



Encontros regionais vão difundir o Prosolo

Produtores paranaenses poderão conhecer as ações em andamento e aderir ao programa

Por André Amorim





Uma série de sete encontros regionais vai ajudar a difundir as ações do Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo) pelo interior do Estado. Entre os dias 10 de maio e 1.º de junho, produtores poderão conhecer melhor as ações em andamento e aderir ao programa.

A estratégia foi anunciada no dia 2 de maio, durante reunião do conselho consultivo do Prosolo, realizada em Curitiba, que reuniu representantes das 15 instituições parceiras. Na reunião, foi avaliado o estágio atual do programa e definido os próximos passos da sua continuidade.

Segundo o secretário de Agricultura e Abastecimento e presidente do conselho consultivo do programa, Norberto Ortigara, o grande desafio do Prosolo é fazer uma intervenção “melhoradora e crível” para a conservação de solos. Para isso, segundo ele, é preciso participação efetiva de todas as entidades envolvidas. “Nosso desafio é coletivo”, afirmou Ortigara.

Para o diretor-presidente do Instituto Emater, Rubens Niederheimmann, a chave para o sucesso do programa é a mútua cooperação entre as entidades participantes, que incluem entes públicos e privados, estaduais e municipais. Durante a reunião foram anunciados dois novos parceiros do programa, a Embrapa e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), que envolve o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o Instituto das Águas Paraná e Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG). Com isso, o número de instituições que apoiam o Prosolo sobe para 20.

Boas práticas

Lançado em agosto de 2016 pelo governo do Estado com apoio de diversas entidades, entre elas o Sistema FAEP/SENAR-PR, o Prosolo tem como objetivo recuperar no Paraná as boas práticas de manejo de solo e água, que visam proteger a terra da erosão, fenômeno que voltou a aparecer com força nas propriedades paranaenses nos últimos anos, fruto do abandono de algumas técnicas conservacionistas.

O programa oferece suporte técnico para produtores que desejam manter a qualidade do solo e água na sua propriedade, além de corrigir problemas que eventualmente já estejam ocorrendo. Segundo dados da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab), 30% das propriedades paranaenses sofrem com o processo de erosão nos mais diversos níveis.

O problema compromete não somente o solo, mas também a água dos rios e córregos, uma vez que, em uma lavoura mal planejada, as chuvas carregam a camada superficial da terra para o leito dos rios, provocando prejuízos ambientais, como assoreamento, e prejudicando a geração de energia hidrelétrica e o tratamento de água para consumo humano, uma vez que a sujeira dos rios também afeta os equipamentos nestas atividades.

O programa possui quatro pilares estratégicos de atuação. O primeiro é a conscientização e a sensibilização dos produtores rurais, para que passem a adotar as boas práticas de conservação de solo e água nas lavouras, como terraceamento, curva de nível, descompactação e outras técnicas que visam a conservação, o melhoramento e a recuperação do solo.

De acordo com o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, além da sustentabilidade econômica e ambiental, é

preciso destacar que o produtor que adota as boas práticas de conservação também ganha na produtividade. “Um solo bem cuidado produz mais. Esse programa vai ser uma avançada da produtividade”, destacou.

A capacitação de técnicos é outro pilar do programa. O objetivo é formar um corpo de profissionais qualificados para auxiliar os produtores rurais a desenvolverem projetos de conservação nas propriedades. No dia da assinatura do Decreto Estadual n.º 4.966, que criou o Prosolo, 50 engenheiros agrônomos, engenheiros agrícolas e técnicos agrícolas, divididos em duas turmas, iniciaram o curso Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas, para requalificar e atualizar seus conhecimentos na área de conservação.

Na sequência, 12 turmas formadas por técnicos tiveram início em diversas regiões do Estado. Atualmente, 334 profissionais estão em capacitação. A meta é que em dois anos o programa some 2 mil técnicos capacitados a auxiliar os produtores paranaenses a elaborar projetos de conservação.

Os produtores rurais também podem se capacitar por meio do curso Manejo e Conservação do Solo, desenvolvido pelo SENAR-PR. O curso prepara o agricultor para adotar as boas práticas na sua propriedade. O treinamento é gratuito e conta com uma etapa presencial e outra na modalidade de educação à distância.

A pesquisa científica aplicada é outro pilar do Prosolo, que envolve 11 universidades e três fundações e instituições de pesquisa. No dia 24 de fevereiro, o governo estadual lançou a Chamada Pública n.º 01/2017, convocando pesquisadores de todo Estado a apresentar projetos na área de conservação e recuperação de solos, em sintonia com as ações do programa. Os projetos vencedores terão quatro anos para executar as pesquisas propostas. Os recursos disponibilizados somam R\$ 12 milhões, sendo R\$ 6 milhões do SENAR-PR, R\$ 4 milhões da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) e R\$ 2 milhões da Fundação Araucária.

A análise da legislação também tem importância central no Prosolo. Por isso, está previsto um levantamento da atual legislação que regula o uso do solo por um grupo de estudo, que irá propor melhorias com vistas a deixar os processos legais mais ágeis no Estado.

Como participar?

A adesão ao Prosolo é voluntária, porém, o decreto do governo do Estado prevê vantagens ao produtor que aderir ao programa. Ele terá um ano, a partir da data de adesão, para apresentar junto à Emater o projeto de recuperação de solo na sua propriedade. Depois disso, ele tem mais três anos para executar o projeto. O prazo para o produtor aderir ao Prosolo termina no dia 29 de agosto de 2017, quando completa um ano da assinatura do decreto estadual.

Para aderir, basta procurar o escritório da Emater mais próximo e preencher o Termo de Adesão. Por meio deste

documento, o produtor se compromete a elaborar e executar um Projeto Técnico de Conservação de Solo e Água na sua propriedade rural.

Para preencher o Termo de Adesão são necessárias as seguintes informações:

- Nome e CPF do proprietário;
- Endereço e telefone do proprietário;
- Município onde se localiza a propriedade;
- Número da(s) matrícula(s) ou outro documento que comprove a posse da propriedade. Exemplo: Escritura pública de direitos possessórios, contrato de compra e venda, formal de partilha, cessão de direitos;
- Coordenadas de referência da propriedade.

Programe-se

Maringá (10/5) - 09h30

Restaurante Central
Av. Colombo, 2.186
Sociedade Rural de Maringá

Carambeí (23/5) - 09h30

Auditório da matriz da Frísia Cooperativa Agroindustrial. Av. dos Pioneiros, 2.324

Guarapuava (30/5) - 09h30

Sindicato Rural Patronal de Guarapuava
R. Afonso Botelho, 58 - Trianon

Pato Branco (30/5) - 14h

Parque de exposições de Pato Branco
R. Benjamin Borges Santos, 1.121
Bairro Fraron

Cascavel (31/5) - 09h30

Anfiteatro da UNIOESTE
R. Universitária, 2.069
Jd. Universitário.

Umuarama (31/5) - 14h

Sociedade Rural de Umuarama
Pavilhão Pedro Lino Gaiari
Rodovia PR 323, km 304
Pq. de Exposições Dário Pimenta Nóbrega

Londrina (01/6) - 09h30

Auditório Milton Alcover
Av. Tiradentes, 6.275
Parque Governador Ney Braga

Vacinação contra a aftosa

Produtores paranaenses têm até 31 de maio para vacinar animais com até 24 meses. Retirada gradual da vacina no país começa em 2019



A Campanha de Vacinação Contra a Febre Aftosa começou no dia 1.º de maio no Paraná e em mais 21 estados e o Distrito Federal. No Estado, a primeira etapa prevê a imunização de 4,1 milhões de animais com até 24 meses. O restante do rebanho deve ser vacinado em novembro. A compra e a aplicação da vacina ficam por conta dos produtores, que precisam comprovar a imunização até o dia 31 de maio, nesta primeira etapa.

A comprovação pode ser feita via site da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (adapar.pr.gov.br) ou diretamente em uma unidade do órgão. Pela internet, para validar a imunização, a vacina aplicada precisa ter sido cadastrada pelo revendedor, para comprovar a venda, e o proprietário do rebanho comprovar a aplicação do medicamento. Nas unidades da Adapar, o produtor precisa levar duas vias do comprovante de vacinação e da atualização cadastral e a nota fiscal da compra da vacina.

Desde 2005 não há registro da circulação do vírus no Paraná. O governo do Estado busca o reconhecimento

de área livre de aftosa sem vacinação. “Estamos desde 2005/06 sem nenhum registro da circulação do vírus ou manifestação de enfermidade em nosso território, e nos preparando para buscar este reconhecimento junto ao Ministério da Agricultura”, afirma Norberto Ortigara, secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento.

Rebanho

A previsão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é imunizar 198 milhões de bovinos e bubalinos, cerca de 90% do rebanho do país (217,5 milhões de cabeças).

Segundo o diretor do Departamento de Saúde Animal (DSA) do Mapa, Guilherme Marques, os pecuaristas deverão buscar a maior cobertura vacinal possível para que o Brasil cumpra todas as ações previstas no Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). “A retirada gradual da vacina vai começar somente a partir de 2019. Até lá, todo o cronograma segue inalterado.”

A aftosa é uma doença que atinge bovinos, ovinos, caprinos e suínos, e acarreta grandes perdas produtivas diretas, que podem chegar a 25% da produção de carne e leite. Pode provocar aborto nas fêmeas e mortes por miocardite em animais mais jovens, além de importantes perdas indiretas como a interrupção da comercialização da carne e derivados e animais vivos para o mercado internacional.

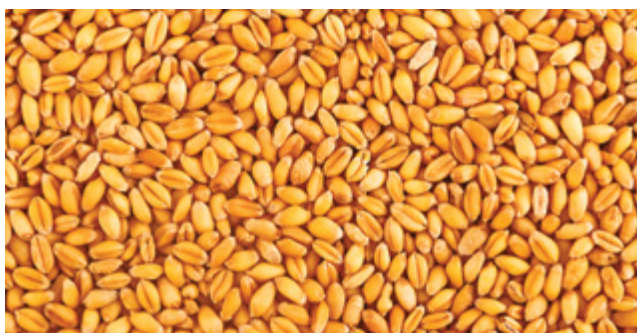
9,5 milhões

é o rebanho do Paraná

4,1 milhões

de animais devem ser vacinados na primeira etapa de imunização contra a Febre Aftosa no Estado

Situação das safras



Por **Fernando Aggio**
Engenheiro Agrônomo DTE/FAEP

O Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab) divulgou no final de abril o levantamento de estimativas e condições da safra 2016/17 para as culturas de soja, milho, feijão, trigo, batata e mandioca no Estado do Paraná.

Soja

A área de plantio da oleaginosa para a safra 2016/17 é de 5,26 milhões de hectares, 0,4% menor que a safra 2015/16. A produtividade esperada é de 3.689 kg/ha, sendo 18% maior que a produtividade registrada na safra 2015/16. A produção é estimada em 19,4 milhões de toneladas, sendo a maior colheita da história do Estado, apresentando um aumento de 17% em relação à safra passada. As condições climáticas foram favoráveis ao desenvolvimento da cultura, principalmente com a ocorrência de chuvas bem distribuídas ao longo do ciclo. Ao contrário da temporada passada a incidência de doenças não foi severa devido às condições climáticas menos favoráveis para o desenvolvimento da ferrugem asiática da soja.

Milho 1.^a safra

A área plantada do milho 1.^a safra foi de 502.806 hectares, 21% maior que a safra anterior que foi de 414.025 hectares. A produtividade média esperada é de 9.241 kg/ha, sendo 15% maior que a safra anterior e a expectativa de produção é de 4,65 milhões de toneladas, apresentando um aumento de 40% em relação à safra 2015/16.

Quanto a colheita, 96% da área está colhida e o produto apresenta boa qualidade. Da área a colher, o estágio é de maturação fisiológica e apresenta boas condições de desenvolvimento em 96% das lavouras e médias condições em 4% das lavouras.

Milho 2.^a safra

A área prevista para o milho 2.^a safra no Paraná é de 2,38 milhões de hectares, registrando um aumento de 8% em relação à safra anterior. A produção esperada é de 13,88 milhões de toneladas, sendo 36% maior que a safra 2015/16 e a produtividade esperada é de 5.836 kg/ha, 25% maior que a anterior.

Da área de plantio prevista para essa temporada, 100% está plantada e as lavouras estão com 97% da área em boas condições de desenvolvimento e 3% em condições médias. Quanto aos estádios das plantas, 37% em desenvolvimento vegetativo, 42% em estágio de floração, 20% em frutificação e 1% em maturação fisiológica.

Trigo

A safra de trigo 2017 tem área de plantio prevista em 990 mil hectares, sendo 8% menor que a safra 2016. A produção esperada é de 3,15 milhões de toneladas, sendo 9% menor e a expectativa de produtividade é de 3.153 kg/ha, não apresentando diferença significativa para a safra anterior. O plantio do cereal teve início no mês de abril nas regiões Oeste e Norte do Estado e conta com 12% da área prevista plantada. A intensificação do plantio deverá ocorrer durante os meses de maio e junho.

A estimativa inicial é que a área de plantio não sofrerá alterações significativas, mas devido às dificuldades de comercialização do cereal e falta de políticas públicas que apoiem a produção de trigo, a tendência é que ocorra uma diminuição significativa da área de plantio no Estado. Apesar dessa diminuição, o Paraná continuará como principal produtor de trigo do país, com participação de aproximadamente 53% na produção nacional de trigo.

Visando equalizar os preços do trigo produzido nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a Conab no período de 2 de dezembro de 2016 a 8 de abril deste ano realizou 11 leilões de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro) e 9 de Prêmio para Escoamento de Produto (PEP). No caso do Pepro foram ofertadas para o Paraná 420.000 toneladas e

negociadas 104.765,4 toneladas, 24,9% do total ofertado. Quanto ao PEP, foram ofertadas até o momento 357mil toneladas para o estado e a quantidade negociada foi 33.191 toneladas de trigo, que corresponde a 9,3% da quantidade ofertada. Os preços internos pagos aos produtores não reagiram, fechando com média de R\$ 31,35, valor que não cobre os custos de produção. (Leia mais na página 4.)

Feijão 2.^a safra

O feijão 2.^a safra tem uma área prevista de plantio de 241.079 hectares, sendo 18% maior que a da safra anterior. A produtividade é estimada em 1.849 kg/ha, 25% maior que a temporada anterior e a expectativa de produção é de 445.366 toneladas, sendo 50% maior que a produção da safra 2015/2016. A alta oferta de feijão nesta temporada pressionou os preços para baixo e as cotações médias do produto fecharam em R\$ 128,10 no mês de abril de 2017, 39% menor que a cotação no mesmo período de 2016.

Da área estimada, 8% está colhida e o produto apresenta boa qualidade. As lavouras a colher apresentam boas condições de desenvolvimento em 85% das áreas e 15% apresentam médias condições. As lavouras estão em estágio de desenvolvimento vegetativo em 3% das lavouras, 23% em floração, 49% em frutificação e 25% em estágio de maturação fisiológica. Apesar do atraso no plantio devido às chuvas ocorridas no final de janeiro, a cultura não foi comprometida em sua produtividade.

Batata 2.^a safra

A área de plantio estimada para a batata 2.^a safra é de 13.248 hectares, não apresentando aumento significativo em relação à safra passada, que foi de 13.194 hectares. Quanto à produtividade, a expectativa é um aumento de 17% em relação a 2016, totalizando 28.070 kg/ha. Com este aumento de rendimento se confirmando, a colheita deve alcançar 371.874 toneladas. A cultura apresenta boas condições de desenvolvimento em 76% das lavouras e 24% em médias condições.

A colheita teve início e conta com 22% da área colhida e o produto apresenta boa qualidade e 29% da produção está comercializada. O produto apresentou significativa redução de preço em relação à safra passada devido ao excesso de oferta do produto.

Mandioca

A colheita da mandioca atingiu 33% da área plantada no final de abril, que nesta safra deve ser de 108.152 hectares, com redução de 18% em relação à temporada 2015/16. A colheita está adiantada em relação à safra passada em 20 pontos percentuais.

A quantidade comercializada até o início desta semana

era de 921.260 toneladas, o que corresponde a 34% da produção total estimada em 2,71 milhões de toneladas. A produtividade desta safra, que deve ser de 25.054 kg/ha, terá impacto negativo sobre a produção, uma vez que a perspectiva é colher 2.386 kg/ha, ou 9% a menos que na safra

15/16. Devido à expressiva redução de 18% na área plantada desta safra 2016/17, os preços da mandioca estão mais elevados em relação ao ano anterior. Esta elevação vem ocorrendo desde o ano passado e se acentuou no início de 2017, e está se mantendo acima de R\$ 500,00 por tonelada.

Comparativo Produção e Rendimento das Safras 2015/16 e 2016/17

CULTURA	ÁREA (mil ha)			PRODUÇÃO (toneladas)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	15/16	16/17	%	15/16	16/17	%	15/16	16/17	%
SOJA	5.280	5.255	0	16.506.773	19.388.645	17	3.133	3.689	18
MILHO 1ª Safra	414	503	21	3.314.724	4.646.548	40	8.012	9.241	15
MILHO 2ª Safra	2.205	2.378	8	10.175.541	13.877.010	36	4.654	5.836	25
FEIJÃO 1ª Safra	185	194	5	293.833	360.427	23	1.633	1.857	14
FEIJÃO 2ª Safra	204	241	18	297.321	445.366	50	1.479	1.849	25
TRIGO	1.091	999	-8	3.446.625	3.149.806	-9	3.158	3.153	0
BATATA 1ª Safra	17.206	19.780	15	459.335	562.308	22	26.696	28.428	6
BATATA 2ª Safra	13.194	13.248	0	317.698	371.874	17	24.079	28.070	17
MANDIOCA	132.413	108.152	-18	3.633.430	2.709.588	-25	27.440	25.054	-9

Fonte: SEAB/DERAL, CONAB / Elaboração: DTE/FAEP

Preços Médios Recebidos pelos produtores

PRODUTO	VALORES (R\$)		
	abr/16	abr/17	VARIAÇÃO
Soja (60 kg)	66,01	55,99	-15,2%
Milho (60 kg)	37,18	20,77	-44,1%
Feijão de cor (60 kg)	208,39	128,10	-38,5%
Feijão preto (60 kg)	142,82	124,60	-12,8%
Trigo (60 kg)	40,81	31,35	-23,2%
Batata (50 kg)	125,27	46,53	-62,9%
Mandioca consumo (kg)	0,91	1,50	64,8%
mandioca industrial (ton)	364,48	546,77	50,0%

Fonte: SEAB/DERAL / Elaboração: DTE/FAEP

Audiência pública debate Funrural

Parlamentares buscam saídas para a dívida de agricultores que não recolheram o imposto



O senador Alvaro Dias conversa com o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em considerar constitucional a cobrança da contribuição dos empregadores rurais para o Funrural, suspensa desde 2011 por uma decisão da Justiça Federal, deve provocar um passivo de R\$ 10 bilhões aos agricultores em cobranças retroativas, segundo cálculos de entidades do setor. Em audiência pública conjunta das comissões de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado, no dia 3 de maio, em Brasília, produtores defenderam a revisão da decisão do STF. A Frente Parlamentar da Agropecuária também está se movimentando para encontrar uma saída política para a questão.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, participou do debate no Congresso. “Temos de unir as lideranças em torno da Frente Parlamentar, buscando uma solução que atenda os interesses dos produtores. O momento é de somarmos forças para encontrar a melhor saída para o impasse”, afirma Meneguette.

A audiência pública das comissões de Agricultura da Câmara e do Senado sobre o Funrural foi acompanhada por centenas de produtores rurais, que vieram em caravana dos principais estados produtores do país.

O governo federal estuda a edição de uma medida provisória para resolver a questão. “É preciso diferenciar a pessoa que já possui depósito judicial discutindo a questão. Essa pessoa não vai fazer repetição de indébito porque esse depósito judicial fica preso ao processo e é considerado

um pagamento. Existem as pessoas que pagaram o Funrural e existem as pessoas que ou não pagaram ou que eram beneficiárias de decisões judiciais que foram revertidas. Para essas duas pessoas é que existe a preocupação e a instituição da Medida Provisória 766, que está sendo negociada politicamente”, afirmou o procurador-geral do Ministério da Fazenda, Leonardo Alvim.

Durante a audiência pública, parlamentares também defenderam o parcelamento das dívidas com o Funrural em até 180 meses com o perdão de juros e multas. “Os produtores não são relapsos, não pagaram porque não quiseram pagar, é que tinham decisões judiciais a

seu favor”, defendeu o deputado Luiz Carlos Heinz (PP-RS). O parlamentar afirmou que Câmara e Senado devem trabalhar alinhados em torno de projetos nesse sentido.

O deputado Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que um grupo de parlamentares da bancada ruralista levaria ao secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, e ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, uma proposta do setor para resolver o problema.

Autor do requerimento da audiência pública, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentou durante o debate um projeto de lei que solicita o perdão total dos débitos dos produtores pessoas físicas do período em que o Funrural era considerado inconstitucional. Para o parlamentar, a cobrança só pode ser realizada a partir deste ano.

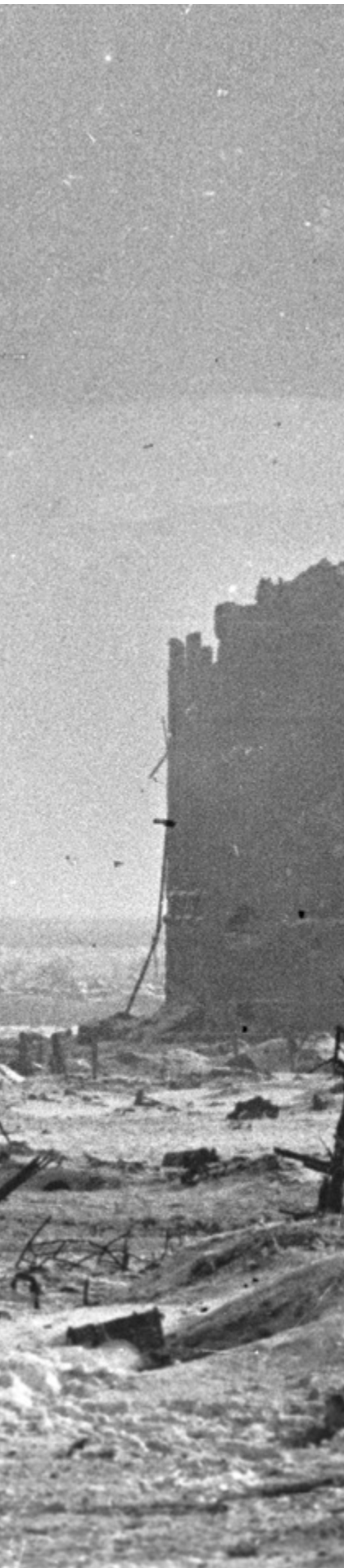
“Protocolei um projeto de lei para extinguir o passivo do Funrural em todo o país. O governo acha que o setor rural tem que pagar a conta [pela crise]. Estão confundindo uma safra de 200 milhões de toneladas com a renda do produtor. Então, estamos buscando uma solução na nossa casa”, defendeu Caiado.

O Funrural surgiu para ajudar a custear a Previdência Social do trabalhador rural. A taxação corresponde a 2,1% da receita bruta decorrente daquilo que o produtor pessoa física comercializa. Uma decisão em favor do frigorífico Mata-Boi, em fevereiro de 2010, entendeu à época que a cobrança era inconstitucional.

A BATALHA DE STALINGRADO

**Confronto deixou 1,5 milhão de mortos,
mudou os caminhos da Segunda Guerra
Mundial e colocou os alemães em uma
posição defensiva**





A invasão da Normandia, na França, em 6 de junho de 1944, o chamado dia D, é considerada o início da derrota de Hitler na Segunda Guerra Mundial. A tomada da França pelos aliados obrigou os exércitos alemães a recuarem. A capitulação nazista viria quase um ano depois, com a tomada de Berlim. Mas outro capítulo da grande guerra é apontado por historiadores como fundamental para a queda de Hitler e o fim do conflito na Europa: a batalha de Stalingrado.

Em julho de 1942, o exército alemão lançou uma ofensiva com 330 mil soldados contra a Rússia. Vencer os russos era fundamental para as pretensões dos nazistas em aniquilar os aliados no front oriental. Mas como já haviam feito com as tropas de Napoleão Bonaparte, mais de um século antes, os russos se aproveitaram das condições geoclimáticas da região durante os combates para vencer os alemães e barrar os planos de Hitler.

Apesar de terem equipamentos de guerra inferiores e menos soldados, o treinamento do exército vermelho em batalhas de rua, o uso de armamento antitanque que quebravam a tática alemã, a artilharia ininterrupta contra o inimigo e a organização para manter a cidade abastecida durante o período de batalha permitiram que a Rússia vencesse o confronto, que terminou oficialmente

em 2 de fevereiro de 1943, com 91 mil soldados alemães presos.

A Batalha de Stalingrado teve quatro fases principais: a primeira foi marcada pela ação defensiva dos russos até 19 de novembro de 1942. A segunda marca a ofensiva russa ao Norte e ao Sul de Stalingrado (o nome da cidade foi mudado para Volgogrado), que levou ao cerco das forças alemãs na cidade. A terceira fase é marcada pela tentativa dos alemães em socorrer suas tropas sem sucesso. A quarta, em janeiro de 1943, foi o aniquilamento das unidades nazistas cercadas.

O confronto é considerado o mais sangrento da Segunda Guerra Mundial. Deixou 1,5 milhão de mortos. Dos 91 mil prisioneiros alemães (foto abaixo), apenas 5 mil retornaram à Alemanha após a guerra. Eles foram mantidos em campos de trabalho por toda a antiga União Soviética. Muitos morreram por falta de tratamento médico ou desnutrição. Em 1955, os últimos soldados alemães detidos após a batalha foram repatriados.

A Batalha de Stalingrado mudou os caminhos da Segunda Guerra Mundial e colocou os alemães em uma posição defensiva. A vitória levou os russos a organizarem ofensivas contra os alemães, que culminou com a invasão de Berlim e o rendição da Alemanha em 8 de maio de 1945.



Calendário da soja

Períodos de ausência de plantas vivas da oleaginosa ajudam no combate à ferrugem asiática

A portaria 193/2015 da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) proíbe planta viva de soja no solo, inclusive na beira de estradas, a partir de 15 de maio. De forma complementar, a Portaria 109/2015, da mesma entidade, obriga o chamado Vazio Sanitário, período de 90 dias, entre 15 de junho e 15 de setembro, com ausência total de plantas vivas de soja nos campos do Estado.

As medidas buscam combater a ferrugem asiática, doença causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, presente em todas as regiões produtoras do país. A doença gera a desfolha precoce da planta, prejudicando a formação e enchimento dos grãos, o que impacta na produtividade. De acordo com dados do Consórcio Antiferrugem, coordenado pela Embrapa, a ferrugem asiática gera perdas superiores a R\$ 6 bilhões por safra no Brasil.

“A ferrugem asiática se hospeda nas plantas de soja. Eliminando esse hospedeiro nos períodos indicados pelas portarias, reduzimos de forma significativa a ocorrência da doença no verão”, aponta o engenheiro agrônomo Fernando Aggio, do DTE da FAEP.

Esses dois períodos de ausência de planta de soja são uma forma eficiente de manejo da ferrugem na entressafra. Mesmo assim, os produtores devem monitorar a doença, principalmente durante a floração. O uso de fungicidas com eficiência comprovada aumenta o combate.

Caso o produtor não cumpra o vazio sanitário e/ou

as épocas de semeadura e colheita poderá receber advertência, multa, proibição de comércio e até mesmo interdição da propriedade e proibição de acesso ao crédito rural. O Vazio Sanitário é restrito à cultura da soja.

Área

Na safra atual, a área de plantio de soja atingiu 5,26 milhões de hectares, 0,4% menor em relação à temporada passada. Com condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da cultura, a produção estimada é de 19,4 milhões de toneladas, sendo a maior colheita da história do Paraná, aumento de 17% em relação à safra 2015/16, com 99% da área plantada já colhida.

R\$ 6 bilhões

É o prejuízo estimado causado pela doença por safra no Brasil

Corrente do bem

Instrutores do programa JAA criam contraponto ao jogo da Baleia Azul para valorizar a vida de jovens e adolescentes



Novas turmas do programa JAA participam de atividades da Corrente do Bem

O mórbido jogo Baleia Azul, que incentiva jovens e adolescentes a praticarem atos que ameaçavam suas próprias vidas, acendeu o alerta vermelho para pais e educadores, que veem esse público muitas vezes vulnerável a esse tipo de “moda”, que se propaga com força por meio das redes sociais. Para minimizar os efeitos negativos do jogo e frear sua difusão, o SENAR-PR desenvolveu uma atividade junto aos alunos do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) com intuito de ocupar o cotidiano dos participantes com atividades positivas e benéficas à sociedade.

Batizada de Corrente do Bem, essa iniciativa propõe ser um contraponto à Baleia Azul, incentivando a juventude a olhar para o lado positivo da vida e buscar ajuda para “desabafar” caso seja necessário. Entre as atividades propostas, estão evitar o bullying; não compartilhar imagens e vídeos antiéticos nas redes sociais; mandar mensagens positivas para três pessoas diferentes por semana; fazer uma postagem original em um grupo valorizando a alegria de viver; ligar para um parente que mora em outra cidade e dizer o quanto essa pessoa é importante para ela.

Outra ação é o “Você é importante para mim”, na qual ex-alunos do JAA, hoje na faixa dos 18 anos, “adotam” um aluno atual, na faixa de 14 anos. Esses padrinhos e

madrinhas se dispõem a conversar com os alunos mais jovens, que acabam tendo mais facilidade de “desabafar” quando o seu interlocutor é outro jovem, que muitas vezes já viveu situações semelhantes.

A ideia partiu da pedagoga do SENAR-PR Regiane Hornung e foi desenvolvida pela instrutora do JAA da região de Campo Mourão Vandressa Mackievicz. Para ganhar capilaridade, o projeto foi repassado a todos os instrutores do JAA e do programa Aprendizado de Adultos e Jovens (AAJ) do Paraná. Segundo Vandressa, o objetivo é “conscientizar os jovens da importância de se envolverem em ações solidárias e praticar atos do bem para consigo mesmo, com familiares e com a sociedade em geral”. A instrutora já aplicou o projeto em seis turmas neste semestre. “O interesse dos alunos foi surpreendente. Eles mesmos estão se organizando em grupos para desenvolverem as atividades”, conta.

Para o instrutor Geremias Cilião, que também vem auxiliando a divulgação do projeto, a iniciativa está sendo bem recebida pelos alunos. “Teve uma mídia muito grande em torno do Baleia Azul, e eles não tinham um contraponto do lado bom”, observa. Ele já trabalhou a Corrente do Bem em quatro turmas, uma em Ouro Verde do Oeste e outras três em Toledo.

Sustos no mercado internacional de grãos

No Paraná, ocorrência de geada no Sul e no Sudoeste trouxe apreensão para os produtores de feijão



Neve nos Estados Unidos prejudicou plantações de trigo

O período entre maio e agosto é tradicionalmente marcado por grande volatilidade nos mercados agrícolas. Nesta época do ano, as variações climáticas são intensas em todo planeta, o que acaba trazendo muitas incertezas para as avaliações de produtores, traders e operadores do mercado de commodities agrícolas, que precisam redobrar a atenção para aproveitar as janelas de oportunidade que se abrem e fecham rapidamente.

Foi o que ocorreu no dia 1.º de maio. Enquanto muitos aproveitavam o feriado do Dia do Trabalho para descansar no Brasil, o mercado internacional de grãos tinha um dia de movimentação intensa, fruto das chuvas fortes e enchentes que castigaram o cinturão agrícola dos Estados Unidos nos dias anteriores, colocando em xeque a supersafra de soja

e milho esperada para esta temporada.

Apesar da euforia, na sessão seguinte da Bolsa de Chicago (CBOT), o mercado voltou a estabilidade, uma vez que se confirmou que o estrago era reversível. “Não dá para chamar de perda. Foi um inconveniente em uma região produtora importante”, analisa o consultor Flávio França Júnior, da consultoria França Júnior. Segundo ele, a alta dos preços do milho e da soja foi frustrada rapidamente pelo relatório de plantio divulgado pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), no final da tarde do dia 1.º de maio, trazendo um panorama menos pessimista das lavouras norte-americanas.

“Foi uma alta cirúrgica, nada que possa se transformar em uma grande oportunidade”, destaca o consultor. Segundo ele,

“Se o produtor acompanhar e negociar bem, não vai precisar sacrificar a sua margem”

*Marcelo Lüders
presidente do Instituto
Brasileiro de Feijão e
Pulses (Ibrafe)*

no dia 1.º de maio, o milho experimentou alta de 3,1%, passando de US\$ 3,58 para US\$ 3,69 o bushel, enquanto a soja teve alta de 1,5 %, passando de US\$ 9,45 para US\$ 9,59. “Tem tempo para replantar o que foi estragado. A questão é saber como vai ficar o clima daqui para frente”, afirma França Júnior.

Trigo

Situação muito diferente experimentou o trigo nos EUA, que durante o mesmo período sofreu com uma forte nevasca. Neste caso, a perda foi real, uma vez que as lavouras já estavam bem desenvolvidas. “Aí sim você tem perdas na safra de inverno, que ainda não foram contabilizadas”, diz França Júnior. Em 1.º de maio, o preço do cereal subiu 5,8%, passando de US\$ 4,19 para US\$ 4,43 o bushel.

Mas passada a euforia inicial, logo nas sessões seguintes, o preço do trigo experimentou leve queda na Bolsa de Chicago. “Esse movimento é sinal de que o mercado assimilou esse resultado”, destaca o consultor.

De acordo com o meteorologista Luiz Renato Lazinsk, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), as fortes chuvas que atingiram o Meio-Oeste dos EUA já eram esperadas. “Não é atípico nem anormal”, avalia. Segundo ele, o clima deve continuar chuvoso naquela região, seguido de uma queda acentuada na temperatura. “O frio está chegando atrasado ao Meio-Oeste. Frio em plena primavera”, avalia.

Geadas

No Paraná, as surpresas climáticas mexeram com o mercado do feijão. No dia 28 de abril, uma geada atingiu as lavouras das regiões Sul e Sudoeste, trazendo perdas para a produção. De acordo com Lazinski, o final de semana foi gelado, chegando à temperaturas abaixo de zero em alguns municípios, pegando produtores de surpresa. “É um fenômeno atípico. Para esta época do ano foram dias extremamente frios”, afirma o meteorologista.

As perdas efetivas ainda não foram contabilizadas. Além das lavouras que foram queimadas pelo frio, também existe o caso de plantações que não foram comprometidas totalmente. Porém com o frio intenso, as plantas podem apresentar perda na produtividade e prolongação do ciclo, permanecendo mais tempo em campo ficando suscetíveis à doenças, pragas e intempéries.

Este ano, o feijão segunda safra ocupa uma área de 241 mil hectares

no Paraná, 18% maior que a da safra anterior. A produtividade estimada é de em 1.849 kg/ha, totalizando 445,3 mil toneladas, volume 50% maior que a produção da safra 2015/16, quando a produção foi seriamente afetada por problemas climáticos.

Na avaliação do presidente do Instituto Brasileiro de Feijão e Pulses (Ibrafe), Marcelo Lüders, a ocorrência de geada ajuda a mudar a expectativa de compradores, que estavam esperando uma oferta abundante e, conseqüentemente, preços mais baixos. “Serve para dar uma chacoalhada no mercado”, afirma. Segundo ele, os preços que estavam por volta de R\$ 130, hoje estão em R\$ 150 a saca.

O produtor Nereu Edemundo Dal-Lago, de São Mateus do Sul, estima por volta de 40% o prejuízo nas lavouras de feijão, que foram plantadas até o dia 10 de fevereiro na região atingida pela geada. “Quem plantou muito tarde foi 100% de prejuízo”, afirma.

De acordo com Dal-Lago, com a proibição da soja safrinha, muitos produtores optaram pelo feijão na sua região. Nesta temporada, ele plantou 85 hectares de feijão preto e estima um prejuízo por volta de 30% em decorrência do frio intenso.

Com a entrada desta geada nas contas do mercado de feijão, a recomendação do presidente do Ibrafe é que o produtor fique atento para acompanhar a produção em outras regiões e assim ter subsídios para barganhar com os compradores. “Se o produtor acompanhar e negociar bem, não vai precisar sacrificar a sua margem”, orienta Lüders.



Plantação de feijão sofreu com o frio que castigou as regiões Sul e Sudeste do Paraná

Regulamentação para crescer

Setor florestal aguarda linha específica no PAP para o custeio do primeiro desbaste das árvores. Medida poderá impulsionar a produção de toras no país



O anúncio do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/18, previsto para acontecer nas próximas semanas, pode impactar diretamente no setor florestal paranaense. O motivo está na possibilidade da regulamentação de uma linha de crédito específica para o custeio de tratores, desbastes e condução das florestas plantadas. A demanda é apresentada desde o PAP 2015/16, mas ainda não obteve o aval do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A abertura de um financiamento específico para o primeiro desbaste das florestas plantadas irá impulsionar a produção de toras, principalmente nos estados do Paraná e Santa Catarina, que concentram 90% da produção de madeira serrada no Brasil. Atualmente, o valor da venda da madeira fina, retirada no primeiro manejo, não viabiliza o serviço, fazendo com que os produtores abram mão de um investimento de longo prazo.

“Só a renda da venda da tora fina não paga o serviço do primeiro desbaste. Mas é preciso fazer a intervenção para o crescimento das toras mais grossas, com maior valor agregado. Porém, por conta da escassez de recurso, o produtor conduz a floresta até 15 anos, quando terá uma homogeneidade de tora mais fina que não alcança o preço ideal de mercado”, explica José Mauro Paz Moreira, pesquisador na área de economia e planejamento florestal de Embrapa Floresta. “É preciso retirar algumas linhas para as árvores ficarem grossas. Mas a venda da fina não paga o serviço. Precisamos de uma linha para financiar a primeira intervenção”, reforça Ailson Loper, gerente executivo da Associação Paranaense de Empresas de Base Florestal (Apre).

Atualmente, sem uma linha de crédito específica para o primeiro manejo, pequenos e médios produtores estão priorizando o corte apenas de madeira fina, utilizada para energia, painel e celulose. E, conseqüentemente, abrindo mão da produção de toras grossas, que levam entre 12 a 20 anos até o período de maturação. Cerca de 30%

da produção florestal do Paraná vem de pequenos e médios produtores.

“A madeira grossa tem como destino a construção civil, serrarias, painel compensado e madeira estrutural. Ou seja, o produtor receberia mais. Mas sem a linha, não há estímulo a fazer o desbaste”, aponta Loper. “Precisamos de uma linha de crédito que financie essa operação. Esse é o pleito junto ao Mapa. Ideal seria sair neste Plano Safra.”

A proposta apresentada pela Apre, com apoio da Associação Catarinense de Empresas Florestais (ACR), pede que os recursos utilizados no primeiro desbaste sejam pagos no segundo ou terceiro manejo, ou ainda no corte final.

Incentivo

A criação de uma linha de crédito específica para o primeiro desbaste seria um incentivo significativo para a produção de madeira grossa no país. Atualmente, apenas os três estados da região Sul realizam o ciclo produtivo completo. Em São Paulo e Minas Gerais, as florestas têm como destino a produção de madeira fina, principalmente para energia.

“Aqui já temos uma cadeia diversificada, diferente do restante do país. A linha de financiamento poderia mudar a forma de produção em outros estados, garantindo a produção de toras para uso em serrarias nos próximos 10 anos”, aponta o gerente executivo da Apre.

O pesquisador da Embrapa Floresta concorda que a disponibilidade de recurso fomentaria o mercado futuro. Porém, alerta para a necessidade de um conjunto de ações, como o trabalho por parte das organizações do setor para criação de políticas públicas que estimulem o consumo de madeira grossa, e a capacitação dos produtores.

“É preciso um equilíbrio de mercado, com ações projetando daqui oito anos. Os produtores precisam receber capacitação das assistências de extensão rural para analisar a viabilidade econômica deste projeto. Do contrário, o produtor pode esperar uma receita que não venha”, aponta Moreira.

A realidade do campo

Censo Agropecuário 2017 vai levantar informações sobre a estrutura produtiva e a situação dos estabelecimentos rurais do Brasil. Dados vão embasar políticas públicas



A partir de 1.º de outubro de 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começará a fazer as entrevistas para o Censo Agropecuário 2017. Ao longo de cinco meses, os recenseadores devem coletar informações de 5,3 milhões de estabelecimentos agropecuários em todo o país. O estudo vai levantar informações sobre produção, uso de irrigação e agroquímicos e um perfil dos trabalhadores do setor. A expectativa do IBGE é que os resultados do Censo comecem a ser divulgados até a metade do ano que vem.

As respostas aos questionários são tratadas sob sigilo pelo IBGE e vão ajudar a montar um retrato completo da agropecuária brasileira. As informações coletadas vão embasar políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais. O Censo vai gerar dados sobre a estrutura produtiva e a situação dos estabelecimentos rurais do Brasil.

O Censo Agropecuário é uma pesquisa de extrema relevância para o Brasil. Seus resultados fornecem informações que permitem tratar de um amplo espectro de assuntos atuais e importantes, indo da segurança alimentar e agricultura familiar, a questões macroeconômicas, como preço dos alimentos e balança comercial,

passando necessariamente pelos temas relativos à sustentabilidade e à preservação ambiental.

Segundo o IBGE, o tempo médio das entrevistas será de 40 minutos. A expectativa da instituição é que os recenseadores consigam visitar, em média, três estabelecimentos agropecuários por dia. Serão contratadas cerca de 26 mil pessoas para o levantamento. A veracidade das informações repassadas pelos produtores ajudará na eficiência das ações a serem geradas a partir dos dados coletados. Os resultados do Censo 2017 vai balizar a definição das políticas destinadas à agropecuária brasileira pelos próximos dez anos.

5,3 milhões

de estabelecimentos agropecuários em todo o país devem ser visitados pelos recenseadores do IBGE

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 02 - SAFRA 2017/18

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 27 de abril de 2017 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em abril de 2017 e o valor final do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2017/18, que passam a vigorar a partir de 1º de maio.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de abril de 2017 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM ABRIL 2017 - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,13%	54,94	2,13%	54,94
AME	2,41%	60,10	2,41%	60,10
EAC - ME	2,46%	1.827,23	2,46%	1.827,23
EAC - MI	41,12%	1.672,05	41,12%	1.672,05
EA - of	0,07%	1.792,50	0,07%	1.792,50
EHC - ME	0,00%	-	0,00%	-
EHC - MI	51,41%	1.469,45	51,41%	1.469,45
EH - of	0,41%	1.508,74	0,41%	1.508,74
obs: EAC - ME + MI + of				
	43,65%	1.680,99	43,65%	1.680,99
EHC - ME - MI + of				
	51,81%	1.469,76	51,81%	1.469,76

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	2,13%	0,6229	2,13%	0,6229
AME	2,41%	0,6842	2,41%	0,6842
EAC - ME	2,46%	0,6429	2,46%	0,6429
EAC - MI	41,12%	0,5883	41,12%	0,5883
EA - of	0,07%	0,6306	0,07%	0,6306
EHC - ME	0,00%	-	0,00%	-
EHC - MI	51,41%	0,5395	51,41%	0,5395
EH - of	0,41%	0,5540	0,41%	0,5675
Média		0,5675		0,5675
obs: EAC - ME + MI + of				
	43,65%	0,5914	43,65%	0,5914
EHC - ME - MI + of				
	51,81%	0,5397	51,81%	0,5397

PREÇO DO ATR REALIZADO EM ABRIL 2017 - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,07%	54,94
AME	53,36%	61,16
EAC - ME	0,08%	1.827,23
EAC - MI	19,84%	1.759,37
EA - of	0,00%	1.792,50
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	26,63%	1.566,98
EH - of	0,01%	1.508,74

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	0,07%	0,6229
AME	53,36%	0,6926
EAC - ME	0,08%	0,6429
EAC - MI	19,84%	0,6190
EA - of	0,00%	0,6306
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	26,63%	0,5754
EH - of	0,01%	0,5540
Média		0,6486

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	70,83	79,11
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	70,83	79,11

Curitiba, 27 de abril de 2017

PAULO ROBERTO MISQUEVIS / Presidente

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Vice-Presidente



Contribuição sindical 2017

A Contribuição Sindical Rural encaminhada pela CNA, que vence no próximo dia 22 de maio, continua amparada pela atual legislação. O projeto de lei da Reforma Trabalhista, que propõe a extinção da referida contribuição, ainda depende de apreciação pelo Senado Federal e da sanção do presidente da República.

A discussão sobre a extinção da Contribuição Sindical Rural, portanto, ainda não ocorreu e está sendo objeto de discussões sobre a sua validade tanto no Congresso como na Presidência da República. Desta forma, os boletos bancários enviados aos produtores rurais enquadrados pelo Decreto Lei n.º 1.166/71 no sistema CNA devem ser quitados no prazo, sob pena de incidência dos acréscimos legais.

Lembramos, contudo, que a defesa dos interesses dos produtores rurais, tais como as reformas Trabalhista e Previdenciária, somente é possível mediante o recolhimento desta contribuição.

Gado *made in* Paraná

A raça bovina Purunã recebeu o reconhecimento oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Desenvolvida pelo Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), a raça é a primeira genuinamente paranaense. A portaria do Mapa dá autonomia aos criadores para expansão do rebanho no país. A Associação de Criadores de Gado Purunã (ACP) recebeu credenciamento para fazer o controle genealógico da raça. O nome da nova raça se refere à Serra do Purunã, onde fica a Fazenda Modelo do Iapar, na qual todo o trabalho foi desenvolvido. “A partir de agora, o criador que decidir pelo Purunã terá a certeza de contar com um material de origem pura”, garantiu o secretário da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara. A Purunã é resultado de mais de 30 anos de

trabalho, que começou com o experimento genético. As duas últimas décadas foram para consolidação e disseminação da nova raça.





LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Sem crise - O produtor Arnaldo Vedove, de Porecatu, encontrou na sapatária do amigo Doni, a basset Chayene descansando sobre a labradora Mel, para as duas não existe crise.



Está faltando alguma coisa - Tente encontrar o erro nesta foto encaminhada pelo leitor José Neody, de Ibaiti. Não achou? É o bezerro, que nasceu sem rabo. O coitado!

Renda extra

O plantio de milho, feijão e pastagens após a colheita do tabaco deve garantir uma renda extra de R\$ 86 milhões aos produtores paranaenses que decidiram aderir a esse consórcio de culturas. A informação é do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco). Nos três estados da região Sul a renda extra com essas culturas chega a R\$ 600 milhões. Além de garantir renda adicional, trata-se de uma prática que traz benefícios para o solo.



Óculos para inspeção de citros

Técnicos da Embrapa Instrumentação e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desenvolveram óculos capazes de identificar sintomas do Huanglongbing (HLB)

em plantações de cítricos, como limão e laranja. Com lentes revestidas por um filtro especial, que ajuda a detectar o greening, os óculos já estão disponíveis no mercado (R\$ 200) e permitem ao usuário enxergar o principal traço da doença, conhecido como mosqueamento das folhas ou amarelecimento. Os Óculos de Inspeção de Greening na Citricultura facilitam o trabalho dos inspetores e reduzem a taxa de erros na identificação da doença, que é originária da China, e é causada por bactérias.



CAMPO MOURÃO

PÁ CARREGADORA

O Sindicato Rural de Campo Mourão promoveu, entre os dias 3 e 7 de abril, em sua extensão de base em Iretama, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Carregadoras – Pá Carregadora. Participaram 13 pessoas com o instrutor Eraldo Moreira da Silva.



CIANORTE

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu, entre 20 e 24 de fevereiro, o curso Aplicação de Agrotóxicos – Módulo: Pulverizador Tratorizado de Barras. Participaram seis trabalhadores rurais com o instrutor Jorge Luiz Dias Alves.



JURANDA

PASTAGENS

O Sindicato Rural de Juranda promoveu, nos dias 30 de março e 1.º de abril, o curso Trabalhador na Forragicultura – Estabelecimento, Recuperação e Reforma de Pastagem. O curso foi realizado na cidade de Boa Esperança. Participaram dez pessoas com a instrutora Karina Calil Caparroz.



TUNEIRAS DO OESTE

JAA

O Sindicato Rural de Tuneiras do Oeste realizou a entrega de materiais do curso Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), no dia 18 de abril, na cidade de Moreira Sales. Participam 19 alunos com a instrutora Lilian Janke.



ANDIRÁ

CAMINHÃO MUNCK

O Sindicato Rural de Andirá promoveu, entre os dias 17 e 20 de abril, o curso Trabalhador na Operação de Guincho Hidráulico sobre Caminhão – Caminhão Munck. Participaram oito pessoas com o instrutor Bruno Bove Vieira.



MARMELEIRO

JAA

Uma turma do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), de Marmeleiro, realizou, no dia 12 de abril, uma visita técnica na Feira do Produtor, em Francisco Beltrão, com a instrutora Nágila Lavoratti.



JOAQUIM TÁVORA

CONSELHO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA

O Sindicato Rural de Joaquim Távora realizou, no dia 20 de abril, a primeira reunião ordinária do Conselho de Sanidade Agropecuária do município em 2017. Estiveram presentes a presidente do sindicato, Franciane de Oliveira Garcia, representantes da Emater, da prefeitura e da Associação dos Produtores de Joaquim Távora.



RESERVA

POSSE

A nova diretoria eleita do Sindicato Rural de Reserva, que comandará a entidade até 2020, tomou posse no dia 26 de abril. A chapa foi composta por: Esmael Lacerda de Souza, presidente; Leandro Andrade Souza, vice-presidente; Carlos Irinel Dalzoto, secretário; e Dulcideo Becher, tesoureiro.

VIA RÁPIDA

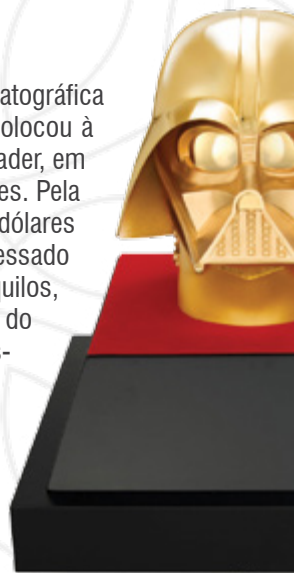
Cheiros iguais, narizes diferentes

Uma pesquisa do Instituto Wellcome Trust Sanger, do Reino Unido, concluiu que os ratos sentem o mesmo cheiro de formas diferentes. Os cientistas descobriram que o nariz dos roedores é mais sensível que os olhos e o paladar, com cerca de mil receptores responsáveis pelo olfato. Mas que a exposição à ambientes diferentes faz com que os animais tenham olfatos diferentes. Os pesquisadores britânicos usaram ratos geneticamente idênticos, nascidos com a mesma seleção de receptores. Separados e vivendo em ambientes diferentes, os roedores começaram a variar os receptores de cheiros. Se um rato era exposto a cheiros mais doces, passava a ter mais células com receptores de identificação desses odores. Os cientistas acreditam que isso torna o olfato de cada rato único, apesar das semelhanças genéticas. Os pesquisadores agora pretendem estudar o processo em outros mamíferos, como os humanos.



Vale ouro

Essa é para os fãs da série cinematográfica Star Wars. Uma joalheria japonesa colocou à venda uma máscara do vilão Darth Vader, em tamanho real, feita em ouro 24 quilates. Pela módica quantia de 1,4 milhão de dólares (cerca de R\$ 4,4 milhões), o interessado pode levar para casa o objeto de 15 quilos, criado para comemorar os 40 anos do lançamento da saga dos Jedi. A máscara tem 26,5 centímetros de largura por 30 centímetros de altura. Os ourives da joalheria Ginza Tanaka levaram três meses para fazer o molde. A empresa avisa aos interessados: a máscara não é para vestir.



Cara e coroa



O último dia 20 de abril, a eleição para prefeito da cidade de Colp, no estado de Illinois, nos Estados Unidos, foi decidida na moedinha. Tammy O'Daniell-Howell foi eleita após a moeda cair virada para cara. Ela venceu Bryan Riekema. Os dois candidatos tiveram 11 votos na eleição, realizada em 4 de abril. Uma eleição de Illinois determina que em caso de empates, a eleição seja decidida na moedinha. Colp tem 250 habitantes.

Depende do ponto de vista

Um mendigo se aproxima de uma mulher cheia de sacolas de compras que ia andando na rua e fala:

- Madame, eu estou sem comer há quatro dias.
- E a mulher:
- Meu Deus! Eu gostaria de ter sua força de vontade.



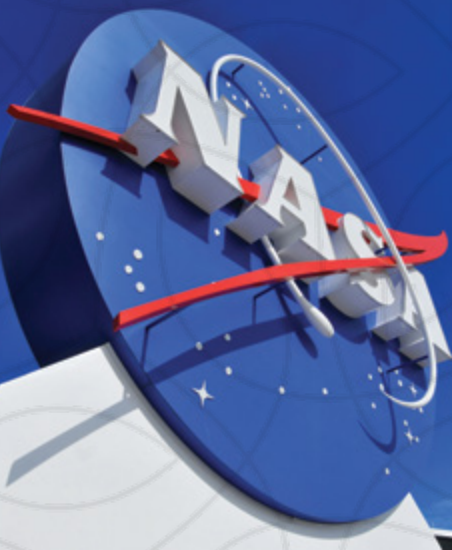


“O caráter é como uma árvore e a reputação como sua sombra. A sombra é o que nós pensamos dela; a árvore é a coisa real.”

**Abraham Lincoln (1809-1865),
ex-presidente dos Estados Unidos.**

Curiosidade

Alunos do colégio Sesi Canaã, de Goiânia (GO), vão conhecer a Nasa (Agência Espacial Norte-Americana), em julho. Os estudantes venceram um torneio de robótica recentemente e foram convidados para participar da etapa internacional nos Estados Unidos. Os jovens, que têm entre 9 e 15 anos, criaram um aplicativo chamado Sentinelas, que é usado para conscientizar sobre a Febre Amarela. O aplicativo levou seis meses para ser desenvolvido.



Você sabia?

Aniversários fazem bem para a saúde. Estudos recentes mostraram que pessoas que fazem mais aniversários vivem mais.



Já tomou água hoje?

A sabedoria popular sempre indicou que a água faz muito bem ao nosso organismo. O líquido ajuda muito o nosso metabolismo a funcionar melhor

1 copo de água depois de acordar **ajuda a ativar os órgãos internos.**

1 copo de água meia hora antes da refeição **ajuda na digestão.**

1 copo de água antes de tomar banho **ajuda a baixar a pressão arterial.**

1 copo de água antes de dormir **evita AVC ou ataque do coração.**



UMA SIMPLES FOTO



O mestre e o escorpião

Um mestre oriental viu um escorpião que se afogava e decidiu tirá-lo da água, mas quando o fez, o escorpião lhe picou. Como reação à dor, o mestre soltou-o e o animal caiu na água e, de novo, estava se afogando. O mestre tentou tirá-lo outra vez, e novamente o escorpião o picou.

Alguém que tinha observado tudo, aproximou-se do mestre e disse:

- Perdão, mas você é muito teimoso! Não entende que cada vez que tentar tirá-lo da água, ele o picará?

O mestre respondeu:

- A natureza do escorpião é picar e isso não muda a minha natureza, que é ajudar. Então, com a ajuda de um ramo, o mestre retirou o escorpião da água e salvou-lhe a vida.

Moral da história

Não mude a sua natureza pela natureza dos outros.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

